

Governo Bush estuda uso tático de armas nucleares

Desde há algum tempo se sabe que o Governo George W. Bush está ultimando planos para o uso tático de armas nucleares como parte de sua estratégia hegemônica. Em paralelo, as cada vez mais evidentes limitações do poderio militar convencional do país, manifestado no impasse militar no Iraque, tem incentivado alguns estrategistas do Pentágono e do aparato de segurança nacional estadunidense a elaborar uma nova doutrina para o uso “preventivo” das armas nucleares. Em um artigo publicado no Washington Post de 15 de maio, o jornalista William Arkin, especialista em assuntos militares, lançou mais luz sobre tais planos.

Segundo Arkin, o Governo Bush já tem à disposição uma força de ataque de prontidão permanente, apta a desfechar ataques de precisão, inclusive com armas nucleares, em qualquer lugar do planeta, poucas horas depois de tomada a decisão para tais ataques. A ordem presidencial para a criação da força foi emitida em janeiro de 2003, três meses antes da invasão do Iraque. A nova formação fica sob a responsabilidade do Comando Estratégico (Stratcom), sediado na base aérea de Offut, Nebraska, anteriormente responsável apenas pelas armas nucleares estratégicas e, para a nova missão, reunido ao Comando Espacial.

Diz ele: “No início do último verão, o secretário de Defesa Donald Rumsfeld aprovou uma ‘Ordem Interina de Alerta para Ataque Global’, determinando que os militares assumam e mantenham a prontidão para atacar países hostis que estejam desenvolvendo Armas de Destruição em Massa (ADM), especificamente, o Irã e a Coreia do Norte... No mundo secreto do planejamento militar, ataque global se transformou na expressão para descrever um ataque preventivo específico. Quando oficiais militares se referem a ataque global, eles enfatizam os seus elementos convencionais. Entretanto, surpreendentemente, o ataque global também inclui uma opção nuclear, que vai contra as noções tradicionais estadunidenses sobre o papel defensivo das armas nucleares.”

O plano, denominado Conplan 8022, foi concluído em novembro de 2003, com a preparação de uma capacidade ofensiva “preventiva” direcionada contra o Irã e a Coreia do Norte. De acordo com Arkin, o plano pode ser ativado se a liderança estadunidense determinar que existe a ameaça iminente de um ataque nuclear ou “para um ataque mais genérico a uma infra-estrutura de ADM adversária”.

“O plano de ataque global mantém a opção nuclear em reserva, para o caso de se a inteligência sugerir um ‘iminente’ ataque nuclear inimigo contra os EUA, ou se houver necessidade de destruir alvos de fácil alcance”, afirma Arkin. O Conplan 8022 não prevê “tropas no solo”, mas combina ataques com armas de precisão com rápidas operações do tipo comandos.

As revelações de Arkin se enquadram no contexto da divulgação pelo Pentágono, em março último, de um esboço da “Doutrina para operações nucleares conjuntas” (Joint Publication 3-12, disponível no site do Pentágono), a qual deixa manifesta a incorporação do arsenal nuclear à estratégia militar convencional dos EUA: “Para muitas contingências, as capacidades convencionais existentes e futuras irão satisfazer os requisitos previstos; entretanto, permanecerão algumas contingências para as quais a resposta mais apropriada pode incluir o uso de armas nucleares



estadunidenses. A intenção de ataques convencionais e nucleares irá assegurar o mais eficiente uso da força e proporcionar aos líderes estadunidenses um leque mais amplo de opções de ataque para confrontar contingências imediatas. Portanto, a intenção de forças convencionais e nucleares é crucial para o sucesso de qualquer estratégia abrangente.”

Ademais, diz o texto: “Os EUA não fazem quaisquer afirmativas positivas definindo as circunstâncias sob as quais usariam armas nucleares. Manter a ambiguidade sobre quando o país usaria armas nucleares ajuda a criar a dúvida nas mentes de potenciais adversários, desencorajando-os a efetuar ações hostis.”

Definitivamente, o Governo Bush enterrou uma postura de décadas, segundo a qual os EUA, juntamente com as demais potências nucleares, se comprometiam a não usar armas nucleares em primeiro lugar e nem contra possíveis adversários não-nucleares. Como outros governos estão acompanhando atentamente tais desdobramentos, é possível que hoje a ameaça nuclear seja maior do que em qualquer momento da Guerra Fria.

(reportagem transcrita da newsletter *RESENHA ESTRATÉGICA* do Movimento de Solidariedade Ibero-Americana)

Autores: Redação ConJur